



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**  
 Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano  
 Departamento de Desenvolvimento Regional e Urbano  
 Coordenação-Geral de Gestão do Território

ATA

<b>CDIF</b>	<b>ATA DE REUNIÃO</b>	<b>RO.16/CDIF/2019</b>
-------------	-----------------------	------------------------

**1. DAS INFORMAÇÕES INICIAIS**

<b>EVENTO:</b> XVI Ordinária Reunião da CDIF	<b>DATA/HORA:</b> 09/12/2019 / 14h30 às 17h	<b>LOCAL:</b> SGAN 906, Edifício Celso Furtado, Sala Piauí – Brasília/DF
---	--	---

**2. DO INSTRUMENTO DE CONVOCAÇÃO**

Processo MDR 59000.028120/2019-32

**3. DA PAUTA DA REUNIÃO**

<b>Horário</b>	<b>Evento</b>		
14h30	Abertura		
15h às 15h30	> Informes: <ul style="list-style-type: none"> <li>o Regimento Interno da CDIF (Portaria MDR nº 2.858, de 29/11/2019).</li> <li>o Situação da Bolívia – MRE.</li> <li>o Reunião com o Grupo de Trabalho Turismo de Fronteira na CNC.</li> <li>o Reunião com o Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina.</li> <li>o Reunião com o Núcleo Estadual de Fronteira de Rondônia (CDIF e PPIF).</li> </ul>		
15h30 às 16h30	Apresentação do documento “Bases para uma proposta de desenvolvimento e integração da faixa de fronteira”, elaborado pelo Ipea.		
	Proposta de Plano de Ação da CDIF para 2020-2022.		
16h30 às 17h	Encaminhamentos e encerramento.		
	Agenda de reuniões da CDIF para 2020:		
	XVII Reunião Ordinária	6 de abril de 2020	14h30 às 17h
	XVIII Reunião Ordinária	3 de agosto de 2020	
XIX Reunião Ordinária	9 de novembro de 2020		

#### 4. DO DESENVOLVIMENTO

Aos nove dias do mês de dezembro de dois mil e dezenove, às quatorze horas e trinta minutos, na Sala Piauí do Anexo Edifício Celso Furtado do Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR, realizou-se a XVI Reunião Ordinária da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira – CDIF. Compareceram os membros do Ministério da Justiça e Segurança Pública, do Ministério da Defesa, do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Infraestrutura, do Ministério da Saúde e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, totalizando um quórum de seis membros com direito a voto. Também compareceram como convidados representantes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea e dos seguintes governos estaduais: Mato Grosso e Santa Catarina, presencialmente e, por meio de videoconferência, Amapá, Amazonas, Mato Grosso do Sul e Rondônia.

O Diretor do Departamento de Desenvolvimento Regional e Urbano – DDRU, como representante do MDR na função de Secretário-Executivo suplente da CDIF, senhor João Mendes da Rocha Neto, iniciou o expediente com a leitura dos temas da pauta da reunião. Iniciando os trabalhos, o Secretário-Executivo destacou recentes eventos que considerou importante:

- a) a oficialização do Regimento Interno da CDIF (Portaria MDR nº 2.858, de 29/11/2019);
- b) Reunião do Grupo de Trabalho da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - CNC com as Federações do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio) das unidades federativas de fronteira, no dia vinte e três de outubro de 2019, em Brasília/DF, no intuito de debaterem propostas para a promoção de uma agenda estratégica para o desenvolvimento turístico nessas áreas;
- c) Reunião com o Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina – CEE-SC, em discussão a respeito do papel da educação no desenvolvimento regional e a relação com a Faixa de Fronteira.

Em seguida, o Ministério das Relações Exteriores, senhor Olympio Faissol Pinto Júnior, abordou a situação da Bolívia, cuja fronteira esteve parcialmente fechada por 3 semanas entre outubro e novembro deste ano, afetando a vida em espaços fronteiriços com aquele país, que testemunha recente crise constitucional e política, sem situação emergencial com nacionais brasileiros até a presente data. Há casos de perdas de prazos para renovação de vistos de brasileiros por lá, com cobrança de multas, afetando especialmente estudantes e residentes temporários. A importação brasileira de gás boliviano não foi afetada, somente sofreu alguns atrasos, também. Atualmente, o Brasil reconhece formalmente a presidência temporária da Bolívia ocorrida pela sucessão constitucional com a vice-presidente do Senado boliviano.

Após este relato, o servidor Caio Victor Vieira Silva Martins falou sobre a Reunião com o Núcleo Estadual de Fronteira de Rondônia e representantes da CDIF e do PPIF, em viagem ocorrida na primeira semana de dezembro de 2019. A visita teve início em Porto Velho, capital do Estado de Rondônia e, depois, ao município de Guajará-Mirim/RO, reconhecido como cidade-gêmea desde 2014, para melhor compreender a fronteira Brasil-Bolívia. Foram relatadas dificuldades em diversas áreas naquela região, com destaque para a criminalidade transfronteiriça e, também, os contratempos nas articulações entre governo federal e o governo estadual rondoniense. Ademais, foram apontados como principais gargalos ao desenvolvimento naquela região: a) as situações das precárias pontes presentes na BR-425; e b) a carência de infraestruturas adequadas à exportação no Ponto Alfandegado de Guajará-Mirim/RO. Em seguida, a representante do Governo de RO, Camila Markeline, por videoconferência, abriu comentário para frisar os obstáculos existentes nas tratativas entre esses entes federados e os projetos em parceria com a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, dizendo que o foco é priorizar ações de desenvolvimento regional para 2020 na cidade-gêmea de Guajará-Mirim/RO, principalmente em segurança e infraestrutura. O servidor Caio Martins mostrou fotos e vídeos da viagem para conhecimento de todos (em anexo).

Posteriormente, a Coordenadora-Geral de Gestão do Território, Maria Thereza Ferreira Teixeira, discorreu sobre as expectativas e o olhar para o período de 2020 a 2023, conforme novo Plano Plurianual a entrar em vigência e o orçamento de 2020 de todas as instâncias federativas. Nesse sentido, aconselhou-se aos representantes estaduais que dialoguem com suas respectivas bases parlamentares para, na medida do possível, direcionar emendar e verbas nos recortes estaduais da Faixa de Fronteira.

Logo após, representantes do Ipea, o senhor Bolivar Pêgo e a pesquisadora sênior Rosa Moura, começaram a apresentação do documento “Bases para uma proposta de desenvolvimento e integração da faixa de fronteira” (em anexo), elaborado por aquela instituição, em parceria com o MDR. Foi dito que esse documento será preliminarmente encaminhado aos membros da CDIF, para leitura e contribuições, em janeiro de 2020, tendo uma versão final lançada no primeiro semestre do próximo ano. Em resumo, esse

documento trata de uma atual visão sobre a realidade das fronteiras brasileiras, sendo terrestre (Faixa de Fronteira), marítima (Fronteira Leste) e aérea, para proporcionar insumos à aplicação de políticas públicas para as fronteiras. Por fim, sintetizaram que a proposta deste documento, elaborado como parte de proposto termo de execução descentralizada entre o MDR e o Ipea, será referido como um plano de ação da CDIF para 2020-22.

Seguidamente, a reunião foi aberta a comentários e perguntas. O Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República solicitou o agendamento de uma reunião com o MDR e o Ipea para tratar especificamente sobre proposições para a Faixa de Fronteira. O Ministério das Relações Exteriores mostrou-se preocupado com a descontinuidade de programas e ações e a defasagem do atingimento das políticas públicas na Faixa de Fronteira. Houve destaque para a situação da infraestrutura da malha ferroviária e para o corredor bioceânico. O Ministério da Infraestrutura propôs reunião com o MDR, que concordou em agendar com cada membro da CDIF entre janeiro e março de 2020, antes da XVII Reunião Ordinária em abril do ano que vem, no intuito de construir pautas conjuntas. Novamente, o GSI falou sobre a situação precatória que afeta a segurança e o comprometimento desenvolvimento regional no estado de Roraima, em especial em Pacaraima e Boa Vista. O Ministério da Saúde solicitou ao Ipea maiores especificações sobre os reais problemas na faixa de Fronteira para planejamento e ajuste de ações daquela pasta na região. O Ministério da Defesa afirmou que desenvolvimento regional é indissociável à segurança pública nacional e vice-versa e, também, disse que a vivificação das fronteiras pode ser a melhor estratégia de defesa nacional nessas áreas. A representante de Santa Catarina pediu detalhes da reunião do MDR com o Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina, que haja foco nos problemas de saúde que o estado vive em sua região de fronteira e, por fim, atenção à legislação complicada que gera barreiras burocráticas para a concretização de acordos binacionais e para a atividade agrícola catarinense. O representante de Mato Grosso abordou a situação de estrangeiros que sobrecarregam o serviço de saúde da cidade-gêmea de Cáceres/MT, as atividades ilícitas transfronteiriças que afetam aquele estado e, por último, sobre os impactos ambientais correntes na Zona de Processamento de Exportação de Cáceres/MT. Teve a fala também dos representantes do AM, AP e MS por videoconferência.

Por fim, a Coordenadora-Geral Maria Thereza tratou dos encaminhamentos e do encerramento da XVI Reunião Ordinária da CDIF:

- a) agendamento de reuniões com cada membro da CDIF;
- b) agendamento de videoconferência com os estados fronteiriços;
- c) manutenção das datas propostas para as reuniões da CDIF em 2020.

Comunicou-se que, oportunamente, a Comissão receberá por mensagem eletrônica da Coordenação- Geral de Gestão do Território (CGGT/DDRU/SDRU/MDR) a lista de presença, ata da reunião e apresentação do IPEA.

#### **4. DAS PRÓXIMAS REUNIÕES**

<b>DATA:</b> 6 de abril de 2020	<b>LOCAL:</b> SDRU/MDR
<b>DATA:</b> 3 de agosto de 2020	<b>LOCAL:</b> SDRU/MDR
<b>DATA:</b> 9 de novembro de 2020	<b>LOCAL:</b> SDRU/MDR

Aos 09 de dezembro de 2019, às 17h, encerrou-se a XVI Reunião Ordinária da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira - CDIF.

**Representante do Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR**

Titular: Tiago Pontes Queiroz

(Secretário Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano)

Suplente: Adriana Melo Alves

(Diretora do Departamento de Desenvolvimento Regional e Urbano)

**Representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP**

Titular: Martha Pacheco Braz

Suplente: Ana Clara Formiga

**Representante do Ministério da Defesa - MD**

Titular: Francisco Djalma Cesse da Silva

Suplente: André Luiz dos Santos Costa

**Representante do Ministério das Relações Exteriores - MRE**

Titular: Olympio Faissol Pinto Júnior

Suplente: Gabriela Guimarães Gazzinelli

**Representante do Ministério da Infraestrutura - MINFRA**

Titular: Wagner Pessoa Felix da Silva

Suplente: Francisco Francione Soares Junior

**Representante do Ministério da Educação - MEC**

Titular: Eduardo André de Brito Celino

Suplente: Roseli Teixeira Alves

**Representante do Ministério da Saúde - MS**

Titular: Roberta Aguiar Cerri Reis

Suplente: Ana Claudia Cardoso Chaves

**Representante do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República - GSI**

Titular: Renata de Souza Furtado

Suplente: José Carlos da Costa Santos

---

59000.026706/2020-04

2906201v1



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Castello Branco Coutinho, Assistente Administrativo**, em 22/12/2020, às 11:13, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Melo Alves, Diretor(a) de Departamento de Desenvolvimento Regional e Urbano**, em 13/01/2021, às 13:20, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Olympio Faissol Pinto Junior, Usuário Externo**, em 21/01/2021, às 10:35, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Djalma Cesse da Silva, Usuário Externo**, em 21/01/2021, às 11:30, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Clara Formiga Ferreira do Carmo, Usuário Externo**, em 21/01/2021, às 14:40, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **roberta aguiar cerri, Usuário Externo**, em 21/01/2021, às 16:46, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **JOSE CARLOS DA COSTA SANTOS, Usuário Externo**, em 25/01/2021, às 17:07, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Wagner Pessoa Felix da Silva, Usuário Externo**, em 02/02/2021, às 10:48, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.mi.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **2906201** e o código CRC **0539D539**.